MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº01/2021

EXTRAORDINÁRIA

---ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM. ----------

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor António Augusto Ribeiro, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário a Senhora Maria de Fátima Couteiro da Silva Martins, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº 75/2013, de 23 de abril, conforme anúncio público e afixado por Edital, a quinze de setembro de dois mil e vinte e um, com a seguinte Ordem de trabalhos: ----------

Período antes da Ordem do dia: ----------

Emissão de votos, recomendações ou moções de interesse municipal relevante e urgente, intervenções do executivo municipal, para respostas e esclarecimentos. ----------

Período da Ordem do Dia: ----------

PONTO Nº 1 – Expediente, informações e aprovação da ata. Intervenções de interesse local e declarações políticas, nos termos do artigo 33º, do Regimento da Assembleia Municipal; ----------

PONTO Nº 2 – Apreciação da informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c), do nº. 2, do artº.

25º., da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro; ----------

PONTO Nº 3 – Apreciação e Deliberação das proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Pedregoso, Vila Nova da Barquinha, nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei nº32/2012, de 14 de agosto; -----

PONTO Nº4 – Apreciação e Deliberação da proposta de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples da ARU da Zona Baixa de Tancos – Estratégia de Reabilitação Urbana, nos termos da alínea r), do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro; ----------

PONTO Nº 5 - Apreciação e deliberação da proposta de delimitação da ARU da Zona Baixa de Tancos, nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto Lei nº307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei nº32/2012, de 14 de agosto; ----------

PONTO Nº 6 – Apreciação e deliberação da proposta de delimitação da ARU da Fonte da Moita, Vila Nova da Barquinha, nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto Lei nº307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei nº32/2012, de 14 de agosto; ----------

PONTO Nº7 – Apreciação e Deliberação da proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Fiscais (IMI do CIMI e IMT do CIMT) e Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), às Associações Recreativas, Desportivas, Humanitárias, Culturais, Instituições de Solidariedade Social, ou outras de interesse para o Município, nos termos da alínea k), do nº1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea g), do nº1, do artigo 25º, da referida Lei; ---------

PONTO Nº 8 – Apreciação e deliberação da Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos do nº5, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); ----------

PONTO Nº 9 – Apreciação e deliberação da proposta de Prorrogação da

Isenção do IMI por mais 5 anos, de prédios reabilitados em Zona de Área de Reabilitação Urbana da Zona Baixa de Vila Nova da Barquinha, nos termos da alínea a), do nº2 e nº6, do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF); ----------

PONTO Nº 10 - Apreciação e deliberação da Majoração das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados, nos termos do nº 8, do artigo 112º, do Código do IMI e devolutos e em ruínas, nos termos do nº3, do artigo nº112º, do Código do IMI; ----------

PONTO Nº 11 – Apreciação e Deliberação da lista final dos prédios devolutos ou em ruínas e dos prédios degradados e majoração das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2022, nos termos do nº3, do artigo 112º, do Código do IMI; ----------

PONTO Nº 12 – Apreciação e deliberação da proposta de redução de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para famílias numerosas, de acordo com a nova redação do nº13, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; ----------

PONTO Nº 13 - Apreciação e deliberação da fixação da participação no IRS para o ano de 2022, nos termos do nº1, do artigo 26º, da Lei nº73/2013, de 3 de setembro; ----------

PONTO Nº 14 – Apreciação e deliberação da fixação da derrama para o ano de 2022, nos termos do artigo 14º, da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro;

PONTO Nº 15 – Apreciação e Deliberação da proposta de alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, nos termos da alínea m), do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 6º, do Decreto-Lei nº305/2009, de 23 de outubro, na atual redação. ----------

PONTO Nº 16 - Apreciação e deliberação dos projetos de interesse

municipal – Empresas do Centro de Negócios (CDN), apresentado na informação nº1049, de 08 de julho de 2021 e nº1063 de 12 de julho de 2021, aprovadas pelo Executivo, nos termos do artigo 2º, do Regulamento Municipal nº 759/2018 – Incentivos à Fixação de Empresas, Barquinha – Mais Investimento, publicado em DR II Série, nº216, de 09 de novembro de 2018. Vivid Foods, Lda – Produtos alimentares e Parágrafo Exclusivo, Lda – Unidade Fabril de vegetais desidratados em pó; ----------

PONTO Nº 17 – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal para a nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para Auditoria Externa às Contas do Município para o biénio 2021-2022, nos termos do nº1, artigo 77º, da Lei nº73/2013, de 3 de setembro; -----

PONTO Nº 18 – Eleição dos representantes para os vários conselhos e comissões de acordo com o normativo aplicável e competências da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 30º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. ----------

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais, Senhores: ----------

António Augusto Ribeiro (PS); ----------

João Manuel Alves Gralha (PS); ----------

César Augusto Silva Barros Cardigos (PS); ----------

Paulo Fernando da Graça Constantino (PS); ----------

Maria de Fátima Couteiro da Silva Martins (PS); ----------

Carla Cristina Montalvo Pequito Cardoso (PS); ----------

Tânia Nair Batista Parracho Fernandes (PS); ----------

António Fernando Nabo Martins (PS); ----------

Benjamim dos Santos Abalada Reis (PS); ----------

António José M. Falua da Costa (PS); ----------

Manuel Maria Ferreira Honório (PS); ----------

José Miguel Batista Homem (PS); ----------
José Augusto Martinha Anacleto Pimenta (PS); ----------
Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes (PPD/PSD);----------
José António Proença Salvado (PPD/PSD); ----------
Anabela Pereira Cardoso Queiroz (PPD/PSD); ----------
Paulo Alexandra Vieira Duarte (CDU/PCP-PEV). ----------
Alfredo Miguel Garcia Coelho (CHEGA); ----------
Anabela Oliveira Simões (CHEGA). ----------

Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores, Marina Lopes Honório, Manuel José Coimbra Mourato, Paula Sofia Prada Pontes e Paula Alexandra Alves Gomes Silva. ----------

Após confirmar a existência de quórum com o atraso justificado de um deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, cumprimentando os elementos da mesa, os deputados da Assembleia Municipal, o executivo na pessoa do Senhor Presidente do Município, agradecendo a presença de todos. ----------

Por motivos devidamente justificados, a Senhora **Deputada Anabela Pereira Cardoso Queiroz** não pôde estar presente na tomada de posse do passado dia 16 de outubro, prestou juramento, e foi instalada como membro da Assembleia Municipal. ----------

Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados do seguinte: ----------

- Que deverá ser efetuada pelos partidos a comunicação ao presidente da mesa com a constituição de cada Grupo Político Municipal, ser assinada pelos membros, referenciando a designação, representante e direção do Grupo Político Municipal, nos termos do nº 4, do artigo nº 17º do

Regimento Assembleia Municipal. (***Anexo 1)*** ---------- -
Relativamente à organização da sala, perante a disposição escolhida pela mesa, solicitou que caso pretendessem mudar a disposição fosse informada a mesa da Assembleia para ser analisado, como não foram apresentadas outras propostas, referiu que a atual disposição na sala dos vários participantes será a adotada durante todo o mandato. ***(Anexo 2)*** -
- Em relação aos tempos de intervenção e debate em cada sessão dos deputados e dos Grupos Políticos, referiu que são os previstos no regimento de acordo com a representatividade dos partidos, fixados para cada sessão em concordância com duração global do debate, nos termos do artigo 43°, do Regimento da Assembleia Municipal. ----------
- Solicitou que todas as declarações e intervenções políticas, votos, recomendações ou moções devem ser entregues na mesa, antes do período destinado às intervenções. ----------
- Toda a informação para os Senhores Deputados seguiu via mail, para o mail institucional alertando que em caso de alteração da documentação a mesma deve ser comunicada à mesa. ----------

------**ATENDIMENTO AO PÚBLICO** ----------

Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não houve inscrições do público para intervenção. ----------

------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DE DIA** ----------

Declaração política do Senhor Deputado César Cardigos do PS, entregue na mesa. ***(Anexo 3)*** ----------

Pelas vinte e um horas e quinze minutos, o Senhor Deputado António Fernando Nabo Martins (PS), solicitou a entrada na sala ao presidente

da mesa da Assembleia Municipal, tendo previamente comunicado que chegaria atrasado devido a atraso do comboio da CP, ocupou o seu lugar. ----------

MOÇÕES, INTERVENÇÕES ----------

Neste ponto da Ordem de trabalhos os Senhores Deputados Municipais não se pronunciaram. ----------

-----ORDEM DE TRABALHOS ----------

Relativamente à Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente a Assembleia solicitou que o ponto 5, fosse analisado antes do ponto 4, pela sua sequência e complementaridade. ----------

Posta a votação, com a referida alteração, foi aprovado por unanimidade. ----------

-----DOCUMENTAÇÃO EM FORMATO DIGITAL ----------

o Senhor Presidente da Assembleia relembrou aos deputados o procedimento documental adotado pela Assembleia visando a proteção ambiental e eficiência, referido que só será entregue um exemplar da documentação da sessão em papel por Grupo Político, todos os restantes deputados receberão os documentos em formato digital no email pessoal institucional. A proposta de ratificação do procedimento de distribuição dos documentos foi colocada a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. ----------

-----EXPEDIENTE / INFORMAÇÕES ----------

Foi dado conhecimento do expediente considerado mais relevante, ficando o mesmo disponível para consulta no serviço administrativo de apoio à Assembleia Municipal, todo o expediente *(Anexo 4).* -------

-----REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

- Aniversário do Espaço Empresarial Cais, no dia 24 de outubro de 2021;

-Cerimónia do Dia dos Finados, da Liga dos Combatentes, no dia 02 de

novembro de 2021, no cemitério da Praia do Ribatejo;----------

- Aniversário do concelho, no dia 6 de novembro, com a presença do Senhor Presidente nas diversas iniciativas do programa; ----------

- Cerimónia Comemorativa do 103º aniversário do Dia do Armistício, da Liga dos Combatentes, no dia 12 de novembro, junto ao Monumento aos Mortos, em Vila Nova da Barquinha. ----------

-----APROVAÇÃO DA ATA ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação a ata da primeira reunião do mandato, realizada a dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um, que foi previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal. ----------

Submetida à votação o projeto de ata, foi aprovada por unanimidade com 18 votos a favor dos Senhores Deputados Municipais Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes e José Salvado do PPD-PSD e João Gralha, Maria de Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, Benjamim Reis, António Costa, Manuel Honório, Miguel Homem, José Pimenta e António Augusto Ribeiro do PS e uma abstenção da deputada PPD-PSD. ----------///----------

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do nº2, do art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro (Anexo 5). **----------**

Foi dada a palavra pelo Presidente da Assembleia Municipal aos Senhores Deputados inscritos que expuseram o seguinte: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes, do PPD/PSD, questionou o executivo camarário sobre os processos judiciais números 10 e 24. ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: ----------

Processo Judicial 10 – É um processo do qual a empresa Vedap vem solicitar direitos indemnizatórios ao Município. Foi uma contratação que o Município fez à referida empresa, mas que em termos de fundos comunitários não era ilegível. Daí o Município renunciar ao contrato. Este assunto, nada tem a ver com os Percursos Ribeirinhos, adjudicado à empresa Cavaleiras, Lda; ----------

Processo Judicial 24 – É um processo de um acidente em serviço de um funcionário da Autarquia, assistente operacional, que nas horas de lazer e descanso presta serviço na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova da Barquinha. Acontece que na hora de serviço, 7 horas da manhã, teve um acidente com uma ambulância e entende que estava na hora de serviço da Autarquia. ----------

Ponto três **– Apreciação e Deliberação das proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Pedregoso, Vila Nova da Barquinha, nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei nº32/2012, de 14 de agosto;** ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

A Área de Reabilitação Urbana (ARU) é uma área territorial delimitada que se caracteriza por edifícios, infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços urbanos e verdes que se encontram em situação de insuficiência, colocando em causa as condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade. ----------

A Operação de Reabilitação Urbana (ORU) é o conjunto articulado de intervenções com o objetivo de proceder à reabilitação urbana de uma

determinada área. ----------

As Operações de Reabilitação Urbanas podem ser simples ou sistemáticas. ----------

Na ORU Simples, a intervenção integrada de reabilitação aponta essencialmente para reabilitação do edificado, enquanto que uma ORU Sistemática, dirige-se não só ao edificado, mas também à qualificação de infraestruturas, equipamento, espaços públicos urbanos e espaços verdes, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, normalmente associado a investimento público. ----------

Esta proposta, de delimitação da ARU do Pedregoso, está em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012, de 4 de agosto. ----------

Estas novas delimitações das ARU´s deverão ser aprovadas pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e o ato de aprovação publicado no DR, site oficial do Município e remetido ao IHRU.

Aberto o período para usar da palavra e debate temático, não se verificaram inscrições por parte dos Senhores Deputados. ----------

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados passou-se à votação do ponto. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório,

José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto quatro **– Apreciação e deliberação da proposta de delimitação da ARU da Zona Baixa de Tancos, nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto Lei nº307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei nº32/2012, de 14 de agosto;** ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Nesta nova delimitação da ARU, mantém-se a área anteriormente delimitada, de cerca de 6,36 ha. Esta delimitação inclui uma pequena área pertencente à freguesia da Praia do Ribatejo, o que se justifica devido à sua contiguidade com a Zona Baixa de Tancos. ----------

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados passou-se à votação do ponto. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto cinco **– Apreciação e Deliberação da proposta de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples da ARU da Zona Baixa de Tancos – Estratégia de Reabilitação Urbana, nos termos da alínea r), do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;** ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, conforme no disposto no nº3, do artigo 17º, do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei nº307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação, emite parecer favorável para a proposta de Operação de Reabilitação Urbana da ARU de Tancos - Estratégia de Reabilitação Urbana, no Município de Vila Nova da Barquinha, com uma área de 6,36ha. Trata-se de uma zona que embora não tenha edifícios de grande qualidade arquitetónica, se carateriza por constituir um conjunto que funciona como uma unidade homogénea, quer pela tipologia de ocupação do solo, quer pela escala das construções e decorre da necessidade de implementar uma solução integrada e alavancar mecanismos que conduzam à reabilitação da Zona Baixa de Tancos. ----------

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados passou-se à votação do ponto. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto seis **– Apreciação e deliberação da proposta de delimitação da ARU da Fonte da Moita, Vila Nova da Barquinha, nos termos do**

nº1, do artigo 14º, do Decreto Lei nº307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei nº32/2012, de 14 de agosto; ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Trata-se de uma delimitação de uma área de reabilitação urbana em consonância com a diversidade urbanística, económica, social cultural e ambiental. ----------

Para intervir neste ponto, inscreveram-se os seguintes Senhores Deputados: ----------

Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD ----------

Referiu que é um pouco confuso os cortes que a ARU apresenta. Questionou qual a razão de a Rua Gonçalves Curado não estar inserida na ARU, assim como alguns lotes no Colmeiro, perto da Capela Roque Amador. ----------

Dada resposta ao Senhor Presidente da Câmara informou o seguinte:

A Rua Gonçalves Curado é uma zona em que as casas são consideradas excelentes, daí não estarem inseridas na ARU, o mesmo se aplica para os lotes junto à Capela Roque Amador, onde ainda não há construção. -----

Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD. ----------

Referiu que não entende o porquê de não estarem inseridos os lotes, uma vez que não estão construídos. ----------

Obteve como resposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que para estarem inseridos numa ARU para além de haver continuidade, têm de ser área edificada. ----------

Intervenção do Senhor Deputado Alfredo Coelho do CHEGA. ---------

Referiu que o número 1, do artigo 14º, do Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro, não existe. ----------

----Após verificação do **Senhor Presidente da Assembleia**, pode

constatar-se que o mesmo existe na referida legislação, tendo sido efetuado a leitura do mesmo. ----------

-Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto sete **– Apreciação e Deliberação da proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Fiscais (IMI do CIMI e IMT do CIMT) e Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), às Associações Recreativas, Desportivas, Humanitárias, Culturais, Instituições de Solidariedade Social, ou outras de interesse para o Município, nos termos da alínea k), do nº1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea g), do nº1, do artigo 25º, da referida Lei;** ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

O movimento associativo desempenha um importante papel na vida dos cidadãos e da comunidade, visando representar cada pessoa e defender os seus direitos e interesses, as tradições centenárias, os valores humanos e de vivência em sociedade, a solidariedade e a partilha, e na socialização, prosseguindo estas a continuidade dos seus fins, perante a sociedade. Contribuem para o desenvolvimento das suas comunidades e

para a identidade e promoção das suas regiões. O Associativismo é um importante instrumento para que determinada comunidade deixe o anonimato e alcance maior expressão, numa atuação conjunta que fortalece a representatividade e permite alcançar interesses comuns e coletivos. No concelho de Vila Nova da Barquinha, o trabalho desenvolvido pelas associações é notório e de grande impacto na comunidade, detendo um papel importantíssimo para o desenvolvimento concelhio, enquanto entidades parceiras do Município. ----------

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), na alínea d), do artigo 15º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que os Municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos cuja receita tenham direito, nomeadamente na concessão de isenções e benefícios fiscais, nos termos do nº2, do artigo 16º, da referida Lei. ----------

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados passou-se à votação do ponto. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto oito **– Apreciação e deliberação da Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nº5 do artigo 112º, do Código**

do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Referiu que o Executivo vêm defendendo o principio da estabilidade dos impostos. A decisão do Executivo vai no sentido de se manter a taxa do IMI nos 0,32%. Reiterou que nos concelhos confinantes as taxas são mais altas, praticando o Município de Vila Nova da Barquinha, a taxa mais baixa. ----------

Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD. ----------

Apresentou a seguinte Declaração de Voto. ----------

Referiu que como vai sendo habitual, uma vez mais o PSD irá votar contra, pois sempre foram a favor dos 0,30%. Estando o Município nos 0,30%, teria uma maior visibilidade a nível nacional, pois faria parte dos Municípios com taxa mais baixa. Caso o Município passasse para os 0,30%, a receita não era muito diferente, pois mesmo em tempos de pandemia, conseguiu arrecadar de receita os 4%, quando todas as famílias estiveram em tempos difíceis. Por último, referiu que compreende que a receita da água tem de ser recuperada. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por maioria pelos membros da Assembleia, com 4 votos contra dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV e Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e 15 votos a favor dos Senhores Deputados, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ---

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto nove **– Apreciação e deliberação da proposta de Prorrogação da Isenção do IMI por mais 5 anos, de prédios reabilitados em Zona de Área de Reabilitação Urbana da Zona Baixa de Vila Nova da Barquinha, nos termos da alínea a), do nº2, do artigo 45º, e nº6 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF); ----------**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Os proprietários dos prédios localizados na ARU, pretendem a prorrogação da isenção do IMI para os mesmos. De acordo com o disposto no n. º 6 do art.º 45º do EBF, a prorrogação da isenção depende de deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. De acordo com a deliberação da câmara a prorrogação da isenção do IMI depende de o prédio se destinar a habitação própria do proprietário ou esteja arrendado para habitação própria e que o nível de conservação do prédio seja, no mínimo, bom. Todos os prédios estão a ser utilizados para habitação própria e apresentam nível de conservação excelente, pelo que a Câmara deliberou submeter a prorrogação do IMI à Assembleia Municipal. ----------

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados passou-se à votação do ponto. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório,

José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto dez **– Apreciação e deliberação da Majoração das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados, nos termos do nº8, do artigo 112º, do Código do IMI e devolutos e em ruínas, nos termos do nº3, do artigo nº112º, do Código do IMI;** ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Cabe aos municípios identificar e declarar os prédios devolutos, em ruínas e degradados, garantindo a lei, em ambos os casos, que o proprietário do prédio possa participar na formação da decisão através da audiência prévia dos interessados. ----------

Importa, manter os procedimentos em termos tributários que vem do antecedente uma vez que a regeneração urbana, como é público e notório, tem vindo a ser evidente. O nº3, do artigo 112º, do Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 novembro, que aprovou o CIMI, determina «*Salvo quanto aos prédios abrangidos pela alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos.*» De prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio. Por sua vez o número 8, do artigo 112º, estipula, «*Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.*" Sendo assim é considerado devoluto o prédio urbano ou a fração autónoma que durante um ano se encontre desocupado, nos termos previstos no

presente decreto-lei. Por outro lado, são indícios de desocupação: --------

a) A inexistência de contratos em vigor com empresas de telecomunicações e de fornecimento de água, gás e eletricidade; ----------

b) A inexistência de faturação relativa a consumos de água, gás, eletricidade e telecomunicações; ----------

c) A existência cumulativa de consumos baixos de água e eletricidade, considerando-se como tal os consumos cuja faturação relativa não exceda, em cada ano, consumos superiores a 7 m^3, para a água, e de 35 kWh, para a eletricidade; ----------

d) A situação de desocupação do imóvel, atestada por vistoria realizada ao abrigo do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual. ----------

A existência de consumos superiores aos previstos na alínea c) do número anterior não afasta a possibilidade de o imóvel ser classificado como devoluto, designadamente através da vistoria referida na alínea d) do número anterior, conforme estipulado pelo art.º 2 do Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 67/2019, em vigor a partir de 22 de maio de 2019. ----------

Por outro lado, é considerado degrado: ----------

"... os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.", pelo disposto do nº8, do artigo 112º, do CIMI; ----------

É intenção deste município declarar os edifícios constantes da lista anexa como degradados, devolutos e em ruína. ----------

Assim o executivo camarário propõe: ----------

- A aplicação da elevação ao triplo dos prédios urbanos da lista anexa classificados como devolutos há mais de um ano ou em ruínas, de acordo com o nº3, art.º 112.º, do CIMI; ----------

- A majoração de 30% para os prédios urbanos considerados degradados, que constam da lista anexa, de acordo com nº 8, o art.º 112, do CIMI; --
- **Para intervirem inscreveram-se os seguintes Senhores Deputados:**
-- Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU. ----------
---Referiu que é visível que a Barquinha tem outra cara. Todos os dias há prédios a serem recuperados. Questionou se a penalização para o triplo dos prédios degradados, está a levar à recuperação. Tendo em conta que se está a falar de uma majoração de 30%, podemos ter algumas situações de precaridade, de dificuldade financeira. Questionou se aos prédios majorados, os proprietários têm a possibilidade de uma reavaliação do seu caso. Em relação à listagem dos prédios, referiu que não tem dúvidas, pois acredita no trabalho efetuado pelos técnicos. Por último, questionou qual o efeito desta penalização. ----------
Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD. ----------
Referiu que há proprietários que não vendem pelos preços inflacionados, mas também pode haver pessoas que não recuperam porque não têm condições para isso, ainda mais nos tempos que vivemos. Referiu também, que muitas pessoas não vendem por uma questão sentimental, alguns proprietários não vivem na Barquinha, mas têm cá raízes, e mais tarde têm esperança de um dia poder recuperar o imóvel. Salientou que neste caso, a penalização é injusta. ----------
Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: ----------
Esclareceu a Senhora Deputada Paula Duarte, que não se está a falar do triplo, mas sim de 30%. Informou que todas as pessoas tiveram direito ao contraditório e têm direito a audiência prévia dos interessados, o que significa que as pessoas dentro da sua legitimidade, da sua argumentação, do seu contraditório, podem dizer as suas razões, para

que essa situação objetiva não seja concretizada. ----------
Em resposta ao Senhor Deputado Nuno Gomes, referiu que já se anda há muitos anos nestes valores inflacionados. Informou que mesmo com esta penalização, o objetivo é recuperar. Infelizmente, ainda temos alguns edifícios degradados na zona baixa da Barquinha e se não têm sido esta insistência, persistência, não estaríamos assim. O Município tem o dever, o imperativo de salvaguardar o património, sob pena de caírem telhas na rua pública por não se efetuarem obras. ----------
Informou o Senhor Deputado que o mesmo não têm a noção dos preços que estão a ser praticados na zona baixa de Vila Nova da Barquinha, por isso, se forem honorados em 30, 40 ou 50 euros, nada tem a ver com os 50 mil euros a mais que pedem por cada imóvel degradado ou em ruínas.
Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados referiram o seguinte: ----------
Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU. ----------
Informou o Senhor Presidente sobre os dados que referiu, em relação ao triplo, mencionado no nº 8, do artigo 112º, do CIMI, em que a taxa fixada anualmente é levada ao triplo no caso dos prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de um ano ou em ruínas, o que não é caso, pois está-se a falar de 30%. ----------
Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD. ----------
Referiu que entende as razões e justificações do Senhor Presidente, em que todos têm direito ao contraditório, mas muitos preferem perder dinheiro do que tempo. ----------
Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por maioria pelos membros da Assembleia, com 4 votos contra dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV e Nuno Gomes, José Salvado e Anabela

Queiroz do PPD/PSD e 15 votos a favor dos Senhores Deputados, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. --- Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto onze **– Apreciação e Deliberação da lista final dos prédios devolutos ou em ruínas e dos prédios degradados e majoração das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2022, nos termos do nº 3, do artigo 112º, do Código do IMI. ----------**

- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Decorrido o período de audiência prévia dos interessados, procedeu-se à análise das seguintes correções: ----------

- Por apresentarem contratos de fornecimento de água, foram retirados quatro edifícios da listagem; ----------

- Por estarem a ser objeto de obras de reabilitação, considerando-se também para o efeito, os prédios que apesar de não estarem ainda em obras, têm projetos aprovados com o alvará de licença a levantamento, foram retirados dois prédios; ----------

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados passou-se à votação do ponto. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por maioria pelos membros da Assembleia, com 3 abstenções dos Senhores Deputados Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e 16 votos a favor dos Senhores Deputados, Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA e João Gralha, Fátima

Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. --- Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto doze **– Apreciação e deliberação da proposta de redução de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para famílias numerosas, de acordo com a nova redação do nº13, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. ----------**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Determina o artigo 112º-A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis que os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código de IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com o estipulado, 1 dependente, 20 euros, 2 dependentes 40 euros e 3 ou mais 70 euros.

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados passou-se à votação do ponto. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por maioria pelos membros da Assembleia, com 1 voto contra da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV e 18 votos a favor dos Senhores Deputados Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia

Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto treze **– Apreciação e deliberação da fixação da participação no IRS para o ano de 2022, nos termos do nº1, do artigo 26º, da Lei nº73/2013, de 3 de setembro.** ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Propõe-se manter a taxa de participação em IRS para 2022, em 4,5%, com a consequente devolução de 0,5% aos Munícipes. ----------

Para intervir neste ponto, inscreveram-se os seguintes deputados: -- Tomada de posição sobre o voto contra da Senhora Deputada Paula Duarte da CUD/PCP-PEV: ----------

Em relação à matéria de impostos e taxas a CDU sempre defendeu que a justiça social se faz na repartição e não na tributação. O mais lógico e coerente, sobretudo em contexto das dificuldades económicas acrescidas pela pandemia, seria diminuir o IMI, pois desagrava na base os custos com a habitação das famílias, mais do que as benesses que são aplicadas posteriormente, como por exemplo a redução do IMI para famílias numerosas. Não é o número de filhos que define a condição financeira de uma família, dos contribuintes, isso é visto em todo o IRS. Restituem-se os abonos, mexem-se na tabela de retenção na fonte do IRS de forma a equilibrar as balizas salariais de forma justa, diminuam o IMI. ----------

Isso sim, era tratar de forma justa os contribuintes, definindo a sua condição financeira, tendo em conta os seus reais rendimentos. ----------

A participação do IRS, variável de concelho para concelho é outa forma desigual de tratar os contribuintes, que de concelho para concelho têm as "benesses atribuídas de forma desigual." ----------

Em matéria de impostos nacionais os contribuintes devem ser tratados de forma igual. ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Senhora Deputada do seguinte: ----------

A questão não é bem como a Senhora Deputada referiu. A política fiscal foi sufragada pela população e que à nossa volta há concelhos com taxas mais elevadas. O valor das mesmas não é igual de concelho para concelho. O Executivo camarário entendeu manter estas taxas, manter os impostos como eles estão, devolver os 05% do IRS. ----------

Intervenção do Senhor Deputado Paulo Constantino do PS: ----------

Referiu que o IRS deveria ser um imposto igual a nível nacional, mas efetivamente não é, pois, é dada a possibilidade aos Municípios de terem esta devolução e aplicar o que achar conveniente. Referiu que o Código do IMI prevê uma margem para estabelecimento de taxas, depois, cada Município gere conforme a sua política. ----------

Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU. ----------

Esclareceu que também é da opinião que tudo se trata de uma política nacional, está-se a falar de uma posição base a nível nacional, e a CDU pretende é fazer a nível municipal, tentar remar um pouco contra a maré da política nacional. Entende a posição dos outros grupos políticos, mas esta é a posição da CDU. ----------

Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD. ----------

Referiu que de acordo com o regime democrático há livre concorrência entre Municípios, somos todos amigos, mas todos concorrentes. ---------

-Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por maioria pelos membros da Assembleia, com 1 voto contra da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV e 18 votos a favor dos Senhores Deputados Nuno

Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto catorze **– Apreciação e deliberação da fixação da derrama para o ano de 2022, nos termos do artigo 14º, da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro.** ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Referiu que a derrama é devida no município onde a empresa tem a sua sede, a proposta é isentar da derrama quem tem a sede social no concelho. ----------

Para intervir neste ponto inscreveram os Senhores Deputados: Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU. ----------

Sugeriu à mesa o seguinte: o ponto está bastante esclarecedor, mas existem dois pontos para deliberar. Um de lançar para o ano de 2022 derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto e outro isentar a derrama no ano de 2022 a empresas com sede social no concelho. Na sua opinião deveria ser votado em separado, pois a votação pode ser desigual nos dois pontos. No caso da CDU a votação é igual nos dois pontos, mas pode haver uma posição diferente, nas outras bancadas políticas. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Senhora Deputada a sugestão de melhoria da forma de votação, mas a questão é que a deliberação da Câmara foi neste sentido, e o que é trazido à Assembleia é a deliberação do executivo camarário. ----------

-Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD. ----------

- Referiu que pela informação facultada a deliberação é para as empresas com sede social no concelho e com valor de 150 mil euros. Cada vez mais, grandes instituições e grandes empresas a nível nacional estão a fechar delegações. Questionou até que ponto se o fato de se estar a aplicar algumas taxas a empresas, que não estão no concelho, não podem fazer com que as mesmas fechem. Mencionou o fato dos CTT e da Agência Bancária. Referiu que concorda com a isenção, mas não sabe até que ponto está a limitar. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto quinze **– Apreciação e Deliberação da proposta de alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, nos termos da alínea m), do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 6º, do Decreto-Lei nº305/2009, de 23 de outubro, na atual redação. ----------**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Pretende-se que organização dos serviços obedeça a um modelo

estrutural misto, que compreende as seguintes estruturas. ----------
Estrutura Hierarquizada composta por: ----------
- Três Unidades Orgânicas flexíveis, dirigidas por dirigentes intermédios de 2.º grau (Divisões Municipais); ----------
Quatro Unidades Orgânicas flexíveis, dirigidas por dirigentes intermédios de 3.º grau (Unidades); ----------
- Duas Subunidades – Secções, dirigidas por coordenadores técnicos; --
- Quatro Gabinetes de apoio direto ao Presidente da Câmara, que, por determinação legal e/ou funcional, devam dele depender hierarquicamente e de forma direta; ----------
- Duas Equipas de Projeto, para concretização de projetos específicos e que careçam da participação de vários colaboradores do município; -----
- Estrutura Matricial composta por: ----------
- Duas equipas multidisciplinares, criadas através de deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara. ----------
Pretende-se a revogação do regulamento da estrutura flexível da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 239, de 12 de dezembro de 2019. ----------
Para intervir neste ponto, inscreveu-se a Senhora Deputada Paula Duarte da CUD/PCP-PEV: ----------
Referiu que esta organização decorre um pouco em causa pelas novas transferências de competências para os Municípios e há a dúvida da questão do financiamento, de como a Câmara vai ter capacidade financeira de aceitar as competências. Salientou que é normal que o Executivo esteja a alterar a estrutura orgânica do Município, e diligenciar da melhor maneira para que se possa fazer face a estes novos desafios. -
Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por maioria pelos membros

da Assembleia, com 2 votos contra dos Senhores Deputados Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA e 17 votos a favor dos Senhores Deputados Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Paula Duarte da CDU/PCP-PEV e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. --- Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto dezasseis **– Apreciação e deliberação dos projetos de interesse municipal – Empresas do Centro de Negócios (CDN), apresentado na informação nº 1049 de 08 de julho de 2021 e nº 1063 de 12 de julho de 2021, aprovadas pelo Executivo, nos termos do artigo 2º, do Regulamento Municipal nº 759/2018 – Incentivos à Fixação de Empresas, Barquinha – Mais Investimento, publicado em DR II Série, nº 216, de 09 de novembro de 2018. Vivid Foods, Lda – Produtos alimentares e Parágrafo Exclusivo, Lda – Unidade Fabril de vegetais desidratados em pó. ----------**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Atendendo aos elementos anexos à presente proposta, aprovada pelo Executivo que qualificou como projetos de interesse municipal, com todos os deveres e direitos consagrados no regime legal em vigor bem como os previstos no Regulamento n.º 759/2018, propõe-se que que os mesmos sejam apreciados para apreciação e deliberação pela Assembleia Municipal. ----------

Para intervir neste ponto, inscreveu-se a Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD: ----------

Relativamente à empresa da qual apresentou declaração de

compromisso, é importante que se faça uma verificação se nos próximos anos os postos de trabalho foram ou não criados. ----------

Por outro lado, chamou a atenção para o fato de se encontrar na documentação distribuída, cópia de um cartão de cidadão de uma pessoa singular, o que viola o estipulado no Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD). ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado do seguinte: ----------

Em relação à declaração de compromisso da empresa, esclareceu que cabe também ao Senhor Deputado fiscalizar, pois como membro da Assembleia e sendo esta que fiscaliza o Município, tem esse papel de informar onde há incumprimento. ----------

Relativamente ao RGPD referiu que não faz sentido ter sido enviado o referido documento, pelo que existe erro. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto dezassete **– Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal para a nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para Auditoria Externa às Contas do Município para o biénio 2021-2022, nos termos do nº 1, artigo 77º, da Lei**

nº73/2013, de 3 de setembro. ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: ----------

Considerando que nos termos do n° 1, do artigo 77°, da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão Deliberativo, sob proposta do Órgão Executivo, pelo que se torna necessário que, seja proposto à Assembleia Municipal a nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas · Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda. para o biénio 2021/2022, como auditor externo. ----------

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados passou-se à votação do ponto. ----------

Encontrando-se na sessão 19 deputados foi posta à votação a proposta em epígrafe, esta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Alfredo Coelho e Anabela Simões do CHEGA, Nuno Gomes, José Salvado e Anabela Queiroz do PPD/PSD e João Gralha, Fátima Martins, César Cardigos, Paulo Constantino, Benjamim Reis, Carla Cardoso, Tânia Fernandes, António Martins, António Costa, Miguel Homem, Manuel Honório, José Pimenta e António Ribeiro do PS. ----------

Aprovado em minuta por unanimidade. ----------

Ponto dezoito **– Eleição dos representantes para os vários conselhos e comissões de acordo com o normativo aplicável e competências da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 30°, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.** ----------

Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto no Conselho Cinegético, nos termos da alínea e), nº 2, artigo 157º, do Decreto-Lei 202/2004, de 18 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei 2/2011 de 6 de janeiro, com alteração do Decreto-Lei 24/2018, de 11 abril. ----

Lista apresentada pela Mesa de Assembleia. ----------

Efetivo - Presidente da JF de Tancos, Miguel Homem. ----------

Suplente – Presidente da JF de Vila Nova da Barquinha – António Costa.

Posta a votação, de forma secreta, a proposta foi aprovada por maioria com 18 votos a favor e 1 voto contra. ----------

Foram convidados dois membros da Assembleia, o Senhor João Gralha e a Senhora Paula Duarte, para escrutínio da eleição dos representantes das Juntas de Freguesia no Conselho Cinegético. ----------

Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea b), nº 1, artigo 3º D, da Lei 76/2017, de 17 de agosto. ---------

A partir do dia 1 de janeiro de 2022, a referida comissão passará a denominar-se Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Lista apresentada pela Mesa de Assembleia. ----------

Efetivo - Presidente da JF da Praia do Ribatejo, José Pimenta. ----------

Suplente – Presidente da JF de Tancos – Miguel Homem. ----------

Posta a votação, de forma secreta, a proposta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor. ----------

Foram convidados dois membros da Assembleia, o Senhor João Gralha e o Senhor Nuno Gomes, para escrutínio da eleição dos representantes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. ----------

Representante para a Comissão Concelhia de Saúde, nos termos da alínea f), do nº1, do artigo 12º, do Decreto-Lei 335/93, de 29 de

setembro. ----------

Lista apresentada pela Mesa de Assembleia. ----------

Efetivo – Tânia Fernandes do PS. ----------

Suplente – Carla Cardoso do PS. ----------

Posta a votação, de forma secreta, a proposta foi aprovada por maioria com 18 votos a favor e 1 voto contra. ----------

Foram convidados dois membros da Assembleia, o Senhor João Gralha e o Senhor Alfredo Coelho, para escrutínio da eleição dos representantes na Comissão Concelhia de Saúde. ----------

Representante para o Conselho da Comunidade – ACES Médio Tejo, nos termos da alínea b), nº 1, artigo 31º, do Decreto-Lei 28/2008, de 22 de fevereiro. ----------

Lista apresentada pela Mesa de Assembleia. ----------

Efetivo – António Ribeiro do PS. ----------

Suplente – João Gralha do PS. ----------

Posta a votação, de forma secreta, a proposta foi aprovada por maioria com 18 votos a favor e 1 contra. ----------

Foram convidados dois membros da Assembleia, o Senhor João Gralha e o Senhor César Cardigos, para escrutínio da eleição dos representantes no Conselho da Comunidade – ACES Médio Tejo. ----------

Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto para o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d) e alínea j), nº1, artigo 5º, da Lei 33/98, de 18 de julho e Lei 106/2015, de 25 de agosto. ----------

Lista apresentada pela Mesa de Assembleia. ---------- --

Presidente da JF da Praia do Ribatejo, José Pimenta. ----------

Presidente da JF de Tancos – Miguel Homem. ---------- -

Presidente da JF de Vila Nova da Barquinha – António Costa. ----------

Presidente da JF da Atalaia – Manuel Honório. ----------

3 cidadãos – Júlio Sousa Gomes, Manuel Miranda e Manuel de Oliveira.

Posta a votação, de forma secreta, a proposta foi aprovada por maioria com 18 votos a favor e 1 voto contra. ----------

Foram convidados dois membros da Assembleia, o Senhor João Gralha e a Senhora Anabela Queiroz, para escrutínio da eleição dos representantes das Juntas de Freguesia e dos cidadãos no Conselho Municipal de Segurança. ----------

Representante das Juntas de Freguesia e seu substituto para a Conselho Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i), artigo 41º, da Lei 80/2015, de 3 de agosto. ----------

Lista apresentada pela Mesa da Assembleia. ----------

Presidente da JF de Vila Nova da Barquinha – António Costa. ----------

Presidente da JF da Atalaia – Manuel Honório. ----------

Posta a votação, de forma secreta, a proposta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor. ----------

Foram convidados dois membros da Assembleia, o Senhor João Gralha e o Senhor António Costa, para escrutínio da eleição dos representantes das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Proteção Civil. -------

Representante para a Comissão Mista de Acompanhamento do PDM, nos termos da alínea c), nº1, do artigo 17º, da Lei 147/99, de 1 de setembro, com a alteração da Lei 142/2015, de 8 de setembro. ------

Lista apresentada pela Mesa da Assembleia. ----------

Efetivo – António Fernando Nabo Martins do PS. ----------

Suplente – César Augusto da Silva Barros Cardigos do PS. ----------

Posta a votação, de forma secreta, a proposta foi aprovada por maioria com 18 votos a favor e 1 voto contra. ----------

Foram convidados dois membros da Assembleia, o Senhor João Gralha e

o Senhor Paulo Constantino, para escrutínio da eleição de representante e seu substituto na Comissão Mista de Acompanhamento do PDM. ------

Quatro representantes para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea I), do artigo 17º, da Lei 147/99, de 1 de setembro, com a alteração da Lei 142/2015, de 8 de setembro. ----------

Lista apresentada pela Mesa da Assembleia. ----------

António Vitória Mação. ----------

José António Proença Salvado. ----------

Antónia Esteves Coelho. ----------

Dora Isabel Félix Correia Tomé. ----------

Posta a votação, de forma secreta, a proposta foi aprovada por maioria com 18 votos a favor e 1 voto contra. ----------

Foram convidados dois membros da Assembleia, o Senhor João Gralha e o Senhor José Salvado, para escrutínio da eleição de representantes na Comissão Proteção de Crianças e Jovens. ----------

Este ponto da ata foi aprovado em minuta por unanimidade. ------

Antes do término da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia, informou os Senhores Deputados, que fazem parte nas referidas Comissões, que se encontram agendadas as seguintes reuniões: ---------

- Reunião da ACES Médio Tejo, no dia 30 de novembro, pelas 16 horas, em Torres Novas; ----------

Conselho Municipal de Segurança, no dia 02 de dezembro, pelas 10 horas no Salão Nobre, dos Paços do Concelho; ---------- -

Conselho Municipal da Proteção Civil, no dia 02 de dezembro, pelas 11 horas e trinta minutos, no Salão Nobre, dos Paços do Concelho. ----------

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta sessão ordinária, pelas vinte e três

horas e quarenta e oito minutos e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(António Augusto Ribeiro)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia

(Maria de Fátima Couteiro da Silva Martins)

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Identificação Grupo Político, do líder, representante e seus membros
Anexo 2	Planta com a disposição da sala da Assembleia
Anexo 3	Declaração Política do Senhor Deputado César Cardigos, do PS
Anexo 4	Lista de Expediente
Anexo 5	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara

Anexo 1

Município de Vila Nova da Barquinha

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constituição dos Grupos Políticos

DESIGNAÇÃO: Partido Socialista

DIREÇÃO: César A. da S. Barros Cardigos

NOME:	**ASSINATURA:**
António Augusto Ribeiro	
Paulo Fernando da Graça Constantino	
João Manuel Alves Gralha	
Benjamim Abalada Reis	
Carla Cristina Pequito Cardoso	
António Fernando Nabo Martins	
Tânia Nair Batista Parracho Fernandes	

Nota: nos termos do nº. 4 do artigo 17º. do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 19 de fevereiro de 2010 com a 1ª alteração em 20 de dezembro de 2018

Município de Vila Nova da Barquinha
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constituição dos Grupos

DESIGNAÇÃO: CHEGA

DIREÇÃO: Alfredo Coelho

NOME:	**ASSINATURA:**
Alfredo Miguel Garcia Coelho	Alfredo Miguel Garcia Coelho
Anabela Oliveira Simões	Anabela Oliveira Simões

Nota: nos termos do nº. 4 do artigo 17º. do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 19 de fevereiro de 2010 com a 1ª alteração em 20 de dezembro de 2018

Município de Vila Nova da Barquinha
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constituição dos Grupos

DESIGNAÇÃO: CDU - Coligação Democrática Unitária

DIREÇÃO: Paula Duarte

NOME:	**ASSINATURA:**
Paula Alexandra Vieira Duarte	

Nota: nos termos do nº. 4 do artigo 17º. do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 19 de fevereiro de 2010 com a 1ª alteração em 20 de dezembro de 2018

Município de Vila Nova da Barquinha
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constituição dos Grupos Políticos

DESIGNAÇÃO: PPD/PSD

DIREÇÃO: NUNO GOMES

NOME:	**ASSINATURA:**
Nuno Miguel Reis Sousa Gomes	Nuno Gomes
José António Proença Salvado	José Salvado
Anabela Pereira Cardoso Queiroz	Anabela Queiroz

Nota: nos termos do nº. 4 do artigo 17º. do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 19 de fevereiro de 2010 com a 1ª alteração em 20 de dezembro de 2018

Anexo 2

Público	**Órgãos de Comunicação Social**		**Paula Canhoto** **Sara Mendes** **António Rodrigues** (GAP)

Público	Pres. **António Costa** J. F. VNB Pres.	Pres. **José Pimenta** J. F. Pr. do Ribatejo	Pres. **Manuel Honório** J. F. Atalaia	Pres. **Miguel Homem** J. F. Tancos

	ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA 2021-2025	
Nabo Martins PS		**Nuno Gomes** PPD/PSD
Tânia Fernandes PS		**José Salvado** PPD/PSD
Carla Cardoso PS		**Anabela Queiroz** PPD/PSD
Benjamin Reis PS		**Alfredo Coelho** CHEGA
Paulo Constantino PS		**Anabela Simões** CHEGA
César Cardigos PS		**Paula Duarte** CDU/PCP- PEV

EXECUTIVO
Fernando Freire
Pres. Município VNB
Marina Honório
Paula Pontes
Manuel Mourato
Paula Silva
Vereadores

Fátima Martins 2º Secretário	**António Ribeiro** Pres da Mesa AM	**João Gralha** 1º Secretário

anexo 3

PARTIDO SOCIALISTA

Boa noite,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente de demais Vereação da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

Neste início de mandato para o qual fomos eleitos, recordo que tal só é possível porque a 25 de Abril de 1974, um grupo de militares das Forças Armadas Portuguesas (MFA) teve a ousadia de enfrentar e vencer o regime político vigente à época, devolvendo a democracia e com ela a liberdade a Portugal.

Ao fim de 48 anos de ditadura, muitas conquistas foram alcançadas, de entre as quais destaco aquela que nos permite estar hoje aqui: a legalização dos partidos e movimentos políticos que existiam na clandestinidade bem como de novos partidos que têm vindo a surgir na vida política portuguesa, os quais são o resultado das mais variadas linhas de pensamento na sociedade.

No período seguinte à revolução de abril, tiveram lugar momentos de muita alegria coletiva, para tal basta recordar o 1º de maio de 1974, mas também alguns de tensão, lembro o 28 de setembro de 1974 e o 11 de março de 1975, porém eis que a 25 de novembro 1975, teve lugar uma movimentação militar, com o qual certificado de garantia perpetua, que consolidou a democracia até hoje e com ela a liberdade, que por certo todos amamos e da qual não nos queremos libertar.

O atual território que compõe o nosso concelho sempre foi palco dos mais variados acontecimentos históricos, uns com mais visibilidade, como os anteriormente referidos, outros mais discretos, mas também eles com relevante importância.

De entre os últimos, os barquinhenses elegeram-nos para os próximos 4 anos como seus representes para os órgãos autárquicos, sejamos, pois, dignos do cargo que nos foi confiado e que quando o mandato terminar tenhamos todo orgulho do nosso trabalho em prol do nosso concelho.

26 novembro 2021

Grupo Político do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha

Anexo 4

Município de Vila Nova da Barquinha
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EXPEDIENTE
26 /11/2021

- Ofício nº 70 de 06/10/2021- Liga dos Combatentes - Cerimónia do Dia dos Finados;
- Email de 2021/10/12 - Deputada Municipal Anabela Queiroz - Justificação de falta à Tomada de Posse no dia 16 de outubro;
- Ofício nº76 de 2021/10/15 - Liga dos Combatentes - Cerimónia Comemorativa do 103º aniversário do "Dia do Armistício";
- Circular nº80/2021 de 2021/10/26 - ANMP - XXV Congresso da ANMP: Convocatória;
- Ofício nº2406 de 2021/11/11 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Proposta de Operação de Reabilitação Urbana Simples da ARU da Zona Baixa de Tancos;
- Ofício nº2407 de 2021/11/11 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Alteração à Estrutura Orgânica e Serviços Municipais da Câmara Municipal Vila Nova da Barquinha;
- Ofício 2408 de 2021/11/11 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Proposta de Majoração de taxas de IMI para o ano de 2021;
- Email de 2021/11/17 - Fundação FEFAL - Curso de Formação Inicial para Eleitos Locais do Município;
- Ofício nº60 de 2021/11/22 - Clube União e Recreios de Moita do Norte - Convite para o aniversário dia 1 de dezembro;

Anexos

Barquinha

Informação Escrita do Exmo. Presidente da Câmara Municipal

À Assembleia Municipal de Novembro de 2021

Exmos. Senhores,
Presidente da Assembleia Municipal
Deputados da Assembleia Municipal
Senhores Vereadores
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Informação escrita nos termos do art.º 25 do n. º2 da alínea c) da Lei 75/2013, de 12 de setembro

Divisão Municipal de Serviços Técnicos

Núcleo de ordenamento territorial:

Revisão do PDM
Continua a aguardar o parecer à REN Bruta, pela APA e CCDRLVT.
Foi efetuada a conferência procedimental e está a ser preparada a resposta aos condicionamentos do parecer da CCDRLVT.

Núcleo de urbanização e edificação:

Atendimento Público

No Balcão do Atendimento Público foi efetuado o atendimento relacionado com assuntos de urbanismo, cemitério municipal, educação e outros assuntos diversos, de acordo com o quadro seguinte:

MESES	ATENDIMENTO (N.º Munícipes)	TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO (Minutos/Munícipe)	ASSUNTOS TRATADOS
Setembro	106	27.6	Urbanismo- 92,2% Cemitério -6.6% Outros – 1,2%
Outubro	139	27,0	
Novembro	83	27,0	

Licenciamento de Obras Particulares

Foi efetuada a apreciação de Processos:

Processos	Quantidade
Requerimentos diversos entrados associados a processos de obras particulares	130
Licenciamento de alteração de loteamento	1
Comunicação prévia de obra isenta controlo prévio	5
Licenciamento de construção de 2 moradias	1
Licenciamento de construção de piscina	1
Licenciamento de reabilitação e ampliação de habitação	1
Informação prévia	10
Requerimentos deferidos	95
Requerimentos Indeferidos	5
Certidões emitidas	34

Foram emitidas as seguintes licenças:

TIPOS DE LICENÇA	ALVARÁS EMITIDOS
Licenças de Construção	11
Licenças de Utilização	10
Licenças de ocupação da via pública	4

Dinâmica edificatória

De acordo com o quadro seguinte verificou-se, uma área de construção nova de 1672,1m2, sendo 94.6% na freguesia de Atalaia e 5,4% na freguesia da Praia do Ribatejo. Não houve prédios reabilitados neste período.

	V. N. Barquinha m2	Atalaia m2	Praia Ribatejo	Tancos m2	Total m2
Área Construção Nova	-	1582.21	90.0	-	1672.1

Área Construção Reabilitada	-	-	-	-	-
Unidades Utilização Novas:					
Habitação		7	1	-	8
Comércio/serviços/ Armaz.		1		-	1
Unidades Utilização Reabilitadas:					
Habitação					
Com./Serv./Ind.	-	1			1

Núcleo de apoio técnico:

- Foram fornecidas cópias aos serviços municipais e aos munícipes;
- Foram efetuadas medições a processos de obras particulares para cálculo de taxas - 11;

Núcleo de informação geográfica

- Foi efectuada a georreferenciação de implantações de edifícios e de todos os processos com licença de utilização;
- Foi efectuada a actualização do edificado e os dos números de polícia e infra-estruturas;
- Foi efectuada a marcação dos processos já introduzidos na Airc (SPO) (continuação);
- Trabalho de backoffice na ligação da MunisigWeb ao SPO (continuação);
- Foi acompanhada a alteração ao PDM para viabilização do Bark na PCGT
- Foi efectuado site com a informação sobre os loteamentos.

Núcleo de obras municipais

- Foi prestada assistência técnica às solicitações da câmara municipal e acompanhamento, em conjunto com a fiscalização, de obras realizadas por entidades externas ao município,
- Foi feito o acompanhamento de execução dos trabalhos do projeto de execução da Valorização da Igreja Matriz de Atalaia e sua conclusão;
- Aquisição de serviços de fornecimento de placas e sinalização para o Trilho Panorâmico do Tejo;
- Fiscalização, Gestão do Contrato e Acompanhamento de Obras empreitada de Valorização da Igreja Matriz de Atalaia e repintura interior (receção provisória);
- Empreitada de obras públicas Trilho Panorâmico do Tejo (continuação);
- Foram realizadas vistorias para liberação de cauções das empreitadas de obras públicas que tiveram por objeto a Alteração/Remodelação da Escola EB1 de Vila Nova da Barquinha a Jardim-de-infância e Remodelação da Escola EB1 de Vila Nova da Barquinha a Jardim-de-infância – Alterações
- Foram elaborados procedimentos para:
- Empreitada do Mercado da Cultura – Requalificação do Mercado Municipal, Vila Nova da Barquinha (início do procedimento);
- Empreitada da Zona de Lazer do Cais Pai Avô (início do procedimento)
- Empreitada de obras públicas de Requalificação do Bloco C da Escola D. Maria II de Vila Nova da Barquinha e Jardim de Infância de Atalaia;
- Empreitada de obras públicas de Requalificação do Jardim de Infância e Escola EB1 de Praia do Ribatejo;

Núcleo de saneamento

- Foi dada resposta a solicitações de limpeza de sargetas, valetas e coletores em todas as freguesias do município;
- Efetuada limpeza e desobstrução de linhas de águas em todas as freguesias do município

Núcleo de higiene e limpeza

- Foi efetuada a recolha de monos e de resíduos sólidos urbanos em todas as freguesias do município;
- Foram efetuadas limpezas de passeios, arruamentos e espaços públicos em todas as freguesias;
- Foi efetuada a limpeza de terrenos municipais e limpeza e manutenção do cemitério, do estaleiro municipal e do Centro de Negócios.

Núcleo de espaços verdes

- Além da rega dos jardins públicos, foi realizado o corte de relva em diversos locais do concelho e limpeza e corte de árvores;
- Foi efetuada a manutenção dos espaços verdes, designadamente, do Barquinha Parque, do Centro Escolar e Ciência Viva, das Piscinas Municipais e do Armazém dos Azeites.

- Foi efetuada a manutenção de espaços verdes de vários arruamentos, largos e urbanizações;

Núcleo de sinalização, trânsito e iluminação pública

- Foi feita a manutenção e reparação dos semáforos;
- Foi feita manutenção e substituição de sinalética em algumas zonas do concelho, designadamente, na Atalaia;
- Foi feita a manutenção e reparação da iluminação do Barquinha Parque;
- Foi efetuada a identificação e acompanhamento de avarias elétricas, acompanhamento das empreitadas realizadas no Concelho por parte da EDP;
- Foi feito o acompanhamento do pedido de novos contrato e novas baixadas de fornecimento de energia elétrica;

Eficiência energética

- Foi efetuado o acompanhamento de toda a faturação energética (eletricidade e gás) do município com identificação de pontos problemáticos, para futuras melhorias;
- Foi efetuado acompanhamento do desenvolvimento da Empreitada de Eficiência Energética nas Piscina Municipais;

Núcleo de cemitérios municipais

- Foi efetuada a introdução de dados, referentes a inumações, no respetivo programa informático;
- Foram atualizados os livros de registo de inumações e de requerimentos e digitalizados os processos;
- Foi dada resposta às seguintes solicitações:

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE
Requerimentos Entrados	17
Concessão de coval	1
Concessão de Ossário	2
Colocação de lápide	1
Colocação de pedra mármore	1
Colocação de cinzas em ossário	2
Emissão de 2ª via de alvará	1
Averbamento de alvará	2
Inumações	6
Outros assuntos	1

Núcleo de oficinas

Manutenções/Reparações

- Além do controlo de atividades e assiduidade dos funcionários, foi dada resposta a solicitações dos vários serviços municipais na manutenção ou reparações ligeiras de equipamentos no espaço público e de edifícios municipais, nomeadamente, nas Oficinas municipais, Piscinas, Edifício Galeria de Sto. António, Garagem do Sr. Presidente, Edifício do Arquivo, Centro Cultural, Cemitério municipal, UCC, I. Sanitárias da Barquinha Parque, Pavilhão Desportivo, J.I. Moita, , JI Atalaia, Escola D. Maria II, e Centro Escolar e Ciência Viva, Castelo de Almourol e I. Sanitárias do Coreto do Barquinha Parque;
- Foi efetuada reparação/manutenção dos equipamentos dos Parques infantis do Concelho;
- Foram realizadas várias ações na manutenção técnica dos edifícios, mais nomeadamente a manutenção e certificação do sistema de incêndio (SADI) e inspeção e certificação dos edifícios quanto à exploração elétrica dos mesmos.

Manutenção de equipamentos mecânicos

- Criação e desenvolvimento da plataforma de gestão dos edifícios municipais (continuação);
- Foi efetuada a gestão e acompanhamento nas manutenções dos Elevadores do Concelho;
- Acompanhamento e monitorização das manutenções dos equipamentos de AVAC dos edifícios Municipais.

Reparação/Manutenção de vias e passeios

- Foram efetuadas intervenções em passeios e arruamentos em todas as freguesias do concelho.
- Foi efetuado o controlo de consumos e inspeções de viaturas, e do Cadastro Automóvel;
- Foram efetuadas manutenções e pequenas reparações nos veículos e nas máquinas.

Núcleo de fiscalização municipal

- Licenciamento de obras particulares
- Foi efetuada a fiscalização preventiva no município e o acompanhamento das operações urbanísticas particulares;
- Tramito de processos de urbanismo, licenças de utilização, atribuição de números de polícia, certidões diversas;

- Foi efetuado o acompanhamento de obras de ramais de ligação de esgotos pluviais.
- Elaboração de informações de gestão de trânsito e alteração e colocação de sinalética;
- Remoção de viaturas em estacionamento abusivo

Secretaria administrativa

Além de todo o apoio administrativo à Divisão, na elaboração de ofícios e tramitação de correspondência ou processos e arquivo, realçam-se os seguintes trabalhos:

- Foi efetuada a digitalização dos processos referentes ao Cemitério Municipal (continuação);
- Foram elaborados Mapas de controlo da qualidade água Restauração/Piscinas Municipais/Escolas;
- Foram preenchidas as bases de dados do sistema informático da AIRC associado à Divisão, nomeadamente, o Sistema de Gestão de Stocks e o Sistema de Obras por Administração Direta;
- Foi efetuado o preenchimento das inumações e trasladações no sistema SIG do Cemitério Municipal e continuou-se a digitalização dos dados no livro de registos (continuação);
- Foi elaborada uma listagem geral, em Excel, dos dados referentes as inumações e as concessões de covais e ossários do Cemitério Municipal (continuação);
- Foi dado apoio ao Serviço de Aprovisionamento com introdução de dados na Plataforma Base.gov, referente ao Ajuste direto simplificado (continuação).

Divisão Municipal de Desenvolvimento Social

Núcleo de educação

Regime Escolar – Fruta Escolar | Leite Escolar

No âmbito da transferência de competências e da candidatura intermunicipal da CIMT ao Regime Escolar, que tem por objetivo a aquisição do fornecimento conjunto de leite escolar para os alunos do 1ºciclo do ensino básico e educação pré-escolar e fruta, para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico o Município integrou, no ano letivo transato a referida candidatura para fornecimento de fruta escolar. Para o ano letivo 2021-2022 irá integrar também a aquisição e distribuição de leite escolar.

Para o mês de outubro de 2021 foram requisitadas 4290 peças de fruta para o 1ºCEB e 6233 pacotes de leite para o 1ºCEB e Pré-Escolar. No mês de novembro de 2021 foram requisitadas 3296 peças de fruta para o 1ºCEB e 5462 pacotes de leite para o 1ºCEB e Pré-Escolar.

Refeições requeridas

setembro 2021

De 01/09/2021 a 30/09/2021 foram requeridos 4.334 almoços.

A comparticipação municipal corresponde ao montante de €2.409,10 distribuídos da seguinte forma:

1.º Ciclo

Escalão A: 477 refeições X €1,68 = €801,36
Escalão B: 425 refeições X €0,95 = €403,75
Geral: 1.825 refeições X €0,22€ = €401,50
Total: €1.606,61

Resumo setembro 2021				
Entidade	Escalão			Total
	A	B	Geral	
EB1 Praia do Ribatejo	67	35	36	138
Escola Ciência Viva	410	390	1.789	2.589
Total	477	425	1.825	2.727

Pré-escolar

Escalão A: 218 refeições X €1,68 = €366,24
Escalão B: 179 refeições X €0,95 = €170,05
Geral: 1.210 refeições X €0,22€ = €266,20
Total: €802,49

Resumo setembro 2021				
Entidade	Escalão			Total
	A	B	Geral	
JI Praia do Ribatejo	24	8	15	47
JI Atalaia	43	48	248	339
JI Moita do Norte	66	22	333	421
JI Tancos	12	21	0	33
JI Barquinha	73	80	614	767
Total	218	179	1.210	1.607

outubro 2021

De 01/10/2021 a 31/10/2021 foram requeridos 7.094 almoços.

A comparticipação municipal corresponde ao montante de €4.033,92 distribuídos da seguinte forma:

1.º Ciclo
Escalão A: 778 refeições X €1,68 = €1.307,04
Escalão B: 682 refeições X €0,95 = €647,90
Geral: 2.911 refeições X €0,22€ = €640,42
Total: €2.595,36

Resumo outubro 2021				
Entidade	Escalão			Total
	A	B	Geral	
EB1 Praia Ribatejo	99	57	60	216
Escola Ciência Viva	679	625	2.851	4.155
Total	778	682	2.911	4.371

Pré-Escolar
Escalão A: 421 refeições X €1,68 = €707,28
Escalão B: 308 refeições X €0,95 = €292,60
Geral: 1.994 refeições X €0,22€ = €438,68
Total: €1.438,56

Resumo outubro 2021				
Entidade	Escalão			Total
	A	B	Geral	
JI Praia do Ribatejo	66	17	27	110
JI Atalaia	69	86	445	600
JI Moita do Norte	111	35	556	702
JI Tancos	19	34	0	53
JI Barquinha	156	136	966	1.258
Total	421	308	1.994	2.723

Refeições requeridas (2.º ciclo / 3.º ciclo e ensino secundário)

setembro 2021
De 01/09/2021 a 30/09/2021 foram requeridos 3.233 almoços.

2.º CICLO/3.º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO

Resumo setembro 2021				
Entidade	Escalão			Total
	A	B	Geral	
2.º ciclo	221	122	607	950
3.º ciclo	427	137	970	1.534
Ensino secundário	134	98	514	746
Outros	0	0	3	3
Total	782	357	2.094	3.233

outubro 2021

De 01/10/2021 a 31/10/2021 foram requeridos 5.292 almoços.

2.º CICLO/3.º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO

Resumo outubro 2021				
Entidade	Escalão			Total
	A	B	Geral	
2.º ciclo	348	218	1.104	1.670
3.º ciclo	673	248	1.569	2.490
Ensino secundário	236	165	731	1.132
Outros	0	0	11	11
Total	1.257	631	3.415	5.303

Recebimentos

setembro 2021
No que refere ao mês de setembro, os valores recebidos pelo Município, assumem a importância de €5.621,85 conforme ilustra o quadro infra:

Valores Recebidos	
Refeições escolares 1.º ciclo e pré-escolar	€1.028,57
Prolongamento de horário	€77,68
ATL	€319,00
Refeições 2.º ciclo, 3.º ciclo e ensino secundário Transferência do Agrupamento de Escolas de Vila Nova da Barquinha	€4.196,60
TOTAL	€5.621,85

outubro 2021

No que refere ao mês de outubro, os valores recebidos pelo Município, assumem a importância de €9.429,70 conforme ilustra o quadro infra:

Valores Recebidos	
Refeições escolares 1.º ciclo e pré-escolar	€3.287,92
Prolongamento de horário	€296,81
ATL	€512,00
Refeições 2.º ciclo, 3.º ciclo e ensino secundário Transferência do Agrupamento de Escolas de Vila Nova da Barquinha	€5.332,97
TOTAL	€9.429,70

Transportes Escolares

No que respeita à utilização de transportes efetuados pela Rodoviária do Tejo para o ano letivo 2021/2022 encontram-se inscritos, presentemente, 52 (cinquenta e dois) alunos da Escola D. Maria II.

O encargo municipal, durante o mês de setembro, foi de 1.535,19€ (mil quinhentos e trinta e cinco euros e dezanove cêntimos)

Reuniões | Webinars | Ações de Formação – Núcleo de Educação

27 DE OUTUBRO: AÇÃO DE FORMAÇÃO "PROJETO CULTURAL DE ESCOLA – A23": promovida pelo Centro de Formação A23 e pela Academia do Plano Nacional das Artes;

9 DE NOVEMBRO: Reunião Mentes Empreendedoras;

16 DE NOVEMBRO: Reunião entre o Município, o Agrupamento de Escolas e a Ascendi para definir a participação do Agrupamento de Escolas, com o apoio do Município, na Campanha de Prevenção Rodoviária "Patrulha Júnior";

17 DE NOVEMBRO: Reunião Regime Escolar (Leite e Fruta Escolar) – CIMT.

Núcleo de Turismo, Desporto e Tempos Livres

Escola de Futebol (2020/2021)

Até à presente data encontram-se a inscritos 31 (trinta e um) alunos. Nos meses de setembro e outubro a receita obtida com inscrições, mensalidade e equipamentos foi de 728,75€ (setecentos e vinte e oito euros e setenta e cinco cêntimos).

Aquagym

Até à presente data encontram-se ativos no complexo Aquagym um total de 671 (seiscentos e setenta e um) utentes. Estes mesmos utentes encontram-se divididos da seguinte forma:

- Escola de Natação:

Natação: 384 utentes
Bebés: 41 utentes
Hidroginástica: 192 utentes
Fisioterapia em meio aquático: 12 utentes
Musculação / Cárdio-fitness: 18 utentes
Gym: 20 utente
Gymmatinal: 2 utentes
Aquagym: 2 utentes

Reuniões | Webinars | Ações de Formação – Núcleo de Turismo, Desporto e Tempos Livres

8 DE NOVEMBRO | III ENCONTRO DE MUSEUS DO MÉDIO TEJO: Decorreu no dia 8 de novembro, no auditório Dr. Júlio das Neves do Instituto Politécnico de Tomar, o III Encontro de Museus do Médio Tejo.

O encontro teve transmissão online no canal do IPT no Youtube e na página no facebook da Rede de Museus Médio Tejo.

1º Painel: O Plano Nacional das Artes em ação e no terreno;
2º Painel: Recuperando laços e afetos: museus e público escolar em tempos de desconfinamento;
3º Painel: Relação museus-ensino universitário: parceiros de sempre à procura de novos sentidos;
4º Painel: O Museu como meio e ferramenta de ação e de educação de e para as comunidades.

Núcleo de Cultura

2 DE OUTUBRO | MÚSICA E TRADIÇÕES MULTICOLOR – AUDITÓRIO MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA: atividade realizada no âmbito do projeto VOLver – programação cultural em rede. 1.ª Sessão pública de apresentação do projeto com Maike Bispo. Retratar com uma linguagem pop, moderna e colorida a música e as tradições folclóricas da região. A imagem representada no mural terá desdobramento noutros materiais promocionais como forma de apoio à comunidade local e à rede de turismo.

2 DE OUTUBRO | ETRIX ADMU CIR – PRAÇA DA REPÚBLICA: atividade realizada no âmbito do projeto VOLver – programação cultural em rede. A ETRIX/ADMU do Clube de Instrução e Recreio (CIR) ex-Tuna da Moita do Norte é uma academia que leciona dança moderna e urbana para crianças com idades a partir dos seis anos.

12 DE OUTUBRO | MÚSICA E TRADIÇÕES MULTICOLOR – AUDITÓRIO MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA: atividade realizada no âmbito do projeto VOLver – programação cultural em rede. 2.ª Sessão pública de apresentação do projeto com Maike Bispo.

16 DE OUTUBRO | ALMONDA DE SAUDADE – PRAÇA DA REPÚBLICA: atividade realizada no âmbito do projeto VOLver – programação cultural em rede. O Projeto "Almonda de Saudade" nasceu do sonho e cresceu pela voz de artistas da região para elevação do património cultural da região, que exalta o rio Almonda, as suas gentes e tradições. Um projeto com um grupo de músicos "Os Almonda" que vai ficar na história da música portuguesa e, sobretudo, na memória e no coração de Torres Novas e do Ribatejo.

17 DE OUTUBRO | ARY DOS SANTOS – AS HISTÓRIAS DAS CANÇÕES, COM FERNANDO TORDO- AUDITÓRIO MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA: atividade inserida no projeto Caminhos, Ciclo da Pedra. "Fernando Tordo recorda as composições e as memórias que guarda dos anos em que criou canções com José Carlos Ary dos Santos, poeta com quem manteve uma intensa parceria ao longo de quase duas décadas. Primeiro nasciam as músicas, compostas por Tordo, e era sobre estas que Ary dos Santos escrevia as letras. Desta colaboração brotou um vasto e intemporal repertório, do qual fazem parte temas como "Cavalo à Solta", "Estrela da Tarde" ou a incontornável "Tourada". "Ary dos Santos: As Histórias das Canções" é mais do que um concerto. Trata-se da narração de um encontro que marcou a música portuguesa. Cada canção preserva uma memória. E são as histórias desta união que Fernando Tordo promete contar, antes de nos fazer mergulhar nas luminosas composições."

22 DE OUTUBRO | INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO "ALMOUROL NA CULTURA POPULAR E NA LITERATURA – CENTRO DE INTERPRETAÇÃO TEMPLÁRIO DE ALMOUROL: O Castelo de Almourol, ex-libris do concelho, desde sempre esteve presente e representado nas mais diversas áreas, entre elas, a cultura popular e a literatura. Vários exemplos destas manifestações estão disponíveis para visitar na 5.ª exposição temporária do Centro de Interpretação Templário de Almourol.

DE 6 DE NOVEMBRO A 5 DE DEZEMBRO | À MESA COM AZEITE: Mostra gastronómica realizada pelo 21.º ano consecutivo, com o objetivo de diversificar a oferta turística como complemento de visitação aos muitos atrativos, homenageando em simultâneo este ingrediente emblemático na história do concelho, em tempos um imenso e generoso olival que fornecia matéria-prima para alimentar a laboração de cerca de duas dezenas de lagares.

A degustação do azeite à mesa é a melhor forma de preservar esta memória. Durante um mês, os restaurantes aderentes – Almourol, A Carroça, Café Estrela, O Remo, Ribeirinho, Sabores do Parque, Stop, Tasquinha da Adélia e Trindade – dão o azeite a provar como entrada e servem pratos como Petingas no forno, Polvo à Lagareiro, Sopa de couve e muitas outras receitas que têm no azeite um denominador comum.

Na edição deste ano há também a possibilidade de fazer visitas guiadas ao Lagar do Casalinho, na Praia do Ribatejo.

6 DE NOVEMBRO | 185.º ANIVERSÁRIO DO CONCELHO: No dia 6 de novembro de 1836, a rainha D. Maria II assinou um decreto que criava o concelho de Vila Nova da Barquinha, composto pelos extintos concelhos de Atalaia, Paio de Pele e Tancos. Para assinalar esta data o município promoveu as seguintes atividades:

- Cerimónia de homenagem a António Luís Roldão - Arquivo Municipal;
- ETRIX/ ADMU CIR - Praça da República (atividade inserida no projeto VOLver – programação cultural em rede)

Banda de Música dos Bombeiros da Barquinha - Praça da República (atividade inserida no projeto VOLver – programação cultural em rede): A Banda da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova da Barquinha foi fundada em 1924, não constando no seu historial qualquer interrupção de atividade até à presente data. A banda tem regulamento aprovado e conta, em média, com cerca de 30 executantes. Em épocas normais costuma ter entre 10 a 15 atuações anuais. A par da banda, a AHBVVNB tem uma escola de música com ensino gratuito.

- Grupo Coral de Tancos - Igreja Matriz VN Barquinha (atividade inserida no projeto VOLver – programação cultural em rede) - O Grupo Coral de Tancos foi fundado em dezembro de 1984. Tem atuado em Portugal e no estrangeiro, apresentando um repertório variado com cerca de uma centena de peças de música coral e polifónico. Atualmente é dirigido pela maestrina Ana Raquel Azeiteiro.
- Inauguração da exposição «A primeira guerra mundial: a história por contar» - Espaço Memória Payo de Pelle - Praia do Ribatejo (atividade inserida no projeto VOLver – programação cultural em rede) - A Praia do Ribatejo (Payo de Pelle) é um território, desde da sua génese, sempre ligado à componente militar do nosso país. Talvez devido à sua centralidade e rápido acesso ao território nacional e a proximidade aos recursos naturais, que desde da Fundação da Nacionalidade com a Ordem dos Templários, Expansão Marítima Portuguesa com a Ordem de Cristo

defesa nas Invasões Francesas, implantação do Campo de Instrução e Manobra, convertido no século XX como Polígono Militar, que a História desta Freguesia está associada à História Militar do nosso País.
Neste contexto, e porque a Praia do Ribatejo teve um papel crucial da preparação do Corpo Expedicionário Português para a primeira Guerra com a construção da cidade de Paulona, e porque a história local desta Freguesia conta outro lado pouco conhecido e divulgado apresenta-se exposição A Primeira Guerra Mundial – A História por contar.

13 E 14 DE NOVEMBRO | III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL "ORDEM DO TEMPLO, CAVALARIA ESPIRITUAL E TEMPLARISMO – AUDITÓRIO MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA: evento gratuito com reserva de lugares. Contou com a presença de oradores nacionais e a transmissão de vídeos dos oradores internacionais. A programação foi a que se segue:

Dia 13 de novembro:
14h30 - Manuel J. Gandra, Investigador e Curador do CITA e Paula Pontes, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha
15h00 | 1.º Painel da Conferência
Álvaro Barbosa - "O castelo templário e o Convento da Ordem de Cristo em Tomar"
Carlos Trincão - "Para uma rota cultural europeia do património templário"
José Miguel Navarro – "Does the Templar Order a place today...? (profile of the 21st century's templar)" – transmissão do vídeo
16h30 | Debate
16h45 | Coffee break
17h00 | 2.º Painel da Conferência
Luis de Matos – "A Santa Sé ao tempo de Filipe IV – O grande cativeiro"
João Pedro Silva – "Os Templários e a Jerusalém no Ocidente"
18h30 | Debate
18h45 | Lançamento livro "850 anos do Castelo de Almourol"
Manuel J. Gandra, Investigador e Curador do CITA e Fernando Freire, Presidente da Câmara Municipal
19h00 | Animação musical – Fernando Espanhol
Dia 14 de novembro
09h30| 3.º Painel da Conferência
Jefferson Perry – "Templars for the Modern Age: a non-State actor in service to Humanity" - transmissão do vídeo
Lovro Tomasinec – "Kingdom of Hungary and Croatia - unrevealing the Order" – transmissão do vídeo
10h30 | Debate
10h45 | Coffee break
11h00 | 4.º Painel da Conferência
Ernesto Jana – "A igreja de Santa Maria do Olival de Tomar: entre a religião e a gestão do seu património (sécs. XIV-XVI)"
Virgílio Alves – "Ordem Templária de Portugal e Templarismo
Manuel J. Gandra – "O Zêzere, rio do espírito Santo e o Projecto Templário"
12h30 | Animação musical – Fernando Espanhol
13h00| Sessão de encerramento
Fernando Freire, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

Centro de Estudos de Arte Contemporânea – CEAC

OUTUBRO | ATELIERS SEMANAIS: aulas teóricas e práticas de desenho, pintura, fotografia, vídeo e teatro;
2 E 9 DE OUTUBRO: Ateliers para crianças dos 6 aos 12 anos.
Dia 2 de outubro – Desenhos de um conto;
Dia 9 de outubro – Hora do conto.
12 DE OUTUBRO: visita de estudo dos alunos da Escola D. Maria II à exposição «É tempo que a pedra se decida a florir» de Luis Silveirinha, na Galeria do Parque. Visita guiada pelo Dr. Carlos Vicente.
14 DE OUTUBRO: disponibilização, online, nas páginas de facebook do município e do CEAC, do momento de poesia com Nuno Guedelha;
23 DE OUTUBRO | INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO "A MEMÓRIA DA ÁGUA", DE CRISTINA ATAÍDE – GALERIA DO PARQUE: A mostra é comissariada por João Pinharanda, no âmbito da parceria da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha com a Fundação EDP, para a programação artística do Parque de Escultura Contemporânea Almourol.
"*Cristina Ataíde procura integrar no seu trabalho o eco das grandes narrativas da humanidade. Cultiva, por isso, uma relação íntima com a memória das matérias primeiras: a água, mas também a terra, o ar, o fogo, a madeira, os metais... o sangue, as pedras, as estrelas, a palavra...*
Os habitantes e visitantes de Vila Nova da Barquinha conhecerão já uma obra sua construída no Parque de Escultura Contemporânea: é, também, uma memória da água; e evoca uma delicada e eficaz armadilha de pesca. A obra pública supera a utilidade do objecto que lhe serviu de modelo transformando-se num objecto lúdico ao serviço imediato das crianças.

Mas na galeria do Parque o campo de trabalho de Cristina Ataíde é outro: trata-se de aprofundar o enigma das imagens desviando do seu destino prático os objectos que nos apresenta e acentuando o seu destino simbólico. Cristina Ataíde procura no mundo real equivalentes das questões que lhe importa tratar: a vida e o seu fluir, o reflexo de umas coisas nas outras, a superação da morte.
Se o barco, incompleto, se suspende num voo imóvel sobre a água que corre diante de si, se as estrelas que regista nos desenhos não correspondem a nenhuma das constelações conhecidas e se remos e varas de barqueiro são afinal novas esculturas sem valor prático é porque Cristina Ataíde não documenta o real mas o supera, oferecendo-nos o desenho de um mundo ideal." João Pinharanda

CONVERSAS 6.0 | RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS– AUDITÓRIO MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA: esta atividade tem como finalidade dar a conhecer os intervenientes e o trabalho desenvolvido nas Residências Artísticas de Vila Nova da Barquinha, no âmbito do projeto Parque de Escultura Contemporânea Almourol, uma parceria do município com a Fundação EDP e o Instituto Politécnico de Tomar. Com moderação de Carlos Vicente, e com a presença do curador do Parque de Escultura Contemporânea Almourol e da Galeria do Parque, João Pinharanda (Fundação EDP) e da Vereadora da Cultura, Paula Pontes, foram apresentados, à comunidade os trabalhos dos seguintes artistas: António Bolota, Catarina Marto, Edgar Massul e João Seguro.
NOVEMBRO | ATELIERS SEMANAIS: aulas teóricas e práticas de desenho, pintura, fotografia, vídeo e teatro;
6 E 13 DE NOVEMBRO: Ateliers para crianças dos 6 aos 12 anos.

Arquivo Municipal António Luis Roldão

Atividades realizadas

- Inventariação do acervo existente no edifício do Arquivo Municipal e do edifício de apoio ao Arquivo Municipal;
- Organização dos fundos dos organismos extintos:
  - Administração do concelho de Vila Nova da Barquinha (1835-1942)
  - Juízo Ordinário da Barquinha – cível – 1876 a 1888;
  - Juízo de Paz – 1877 a 1913;
  - Testamentos – Autos de cumprimento de legados pios – 1835 a 1911;
  - Autos de execução administrativa – 1905 a 1915;
  - Concessão de licença para estabelecimentos comerciais – 1902 a 1910;
- Elaboração de instrumentos de descrição documental do fundo da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha;
- Reestruturação do depósito do Arquivo Municipal;
- Seleção de documentação;
- Digitalização do acervo.

Biblioteca-Arquivo Templário de Vila Nova da Barquinha

RESUMO DA ATIVIDADE DA BIBLIOTECA-ARQUIVO TEMPLÁRIO						
2021	**Registos de existências**	**Atualização de registos**	**Empréstimos Renovações Devoluções**	**Novos leitores**	**Utilizadores Espaço Internet**	**Utilizadores da Biblioteca**
setembro	61	209	26	6	1	14
outubro	94	215	42	4	1	17
TOTAL	**155**	**424**	**68**	**10**	**2**	**31**

Reuniões realizadas – Núcleo Cultura

21 DE SETEMBRO: 36.ª Reunião, online, do Grupo de trabalho da Rede de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo – Proposta de Normas de funcionamento da rede; Proposta de Minuta relativa às normas de utilização do serviço de empréstimo pelas Bibliotecas que integram a Rede Intermunicipal de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo; Planeamento estratégico da RIBPMT;
28 DE SETEMBRO: Workshop "Metodologia de classificação e avaliação: uma introdução" (2.ª parte), ministrado por Dr. Pedro Penteado da Direção-Geral do Livro, Arquivo e Bibliotecas (Plataforma Google meet);
2 DE NOVEMBRO: Reunião da Rede Concelhia de Bibliotecas de Vila Nova da Barquinha – Ponto de situação do trabalho da rede; Plano anual de atividades;
2 E 4 DE NOVEMBRO: Formação "SST – Segurança e saúde no trabalho" – Auditório da Escola D. Maria II;
9 DE NOVEMBRO: Formação "Atuação de equipas de emergência" – Auditório da Escola D. Maria II;
10 DE NOVEMBRO: Workshop "Aplicação setorial da metodologia de classificação e avaliação da informação arquivística: o caso do urbanismo municipal";
17 DE NOVEMBRO: 37.ª Reunião, online, do Grupo de trabalho da Rede de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo – Normas empréstimo Interbibliotecas – documento revisto após receção de contributos; Trabalho dos Subgrupos – apresentação de pontos de situação.

Núcleo de Ação Social e Saúde
Outras Ações:

Ação Social da Autarquia	Presenciais	Telefónicos
setembro (a partir do dia 15)	12	9
outubro	19	13
novembro (até dia 17)	17	4
Total	43	26
		69 atendimentos

Rendimento Social de Inserção:

O serviço social da Câmara Municipal tem participação no NLI (Núcleo Local de Inserção), no estudo e avaliação de processos e respetivas ações de inserção, tendo sido realizadas três (3) reuniões, no edifício da Câmara Municipal, nos dias 20 de setembro e 18 de outubro.
A próxima reunião realizar-se-á no dia 22 de novembro de 2021.

Loja Social:

Atualmente são beneficiários de Apoio Alimentar 44 (quarenta e quatro) agregados familiares, dos quais 4 (quatro) (4) são reforços alimentares. Desde setembro de 2021 foram atribuídos 6 (seis) cabazes de emergência alimentar.

Cantinas Sociais:

O Município de Vila Nova da Barquinha em parceria com o ISS e IPSS's, Fundação Dr. Francisco Cruz e Santa Casa da Misericórdia estão a apoiar 4 (quatro) agregados familiares, através das cantinas sociais com um número médio de 8 (oito)) refeições diárias.

Ações de Formação | Seminários | Reuniões realizadas:

20 DE SETEMBRO: reunião de Núcleo Local de Intervenção, no âmbito do Rendimento Social de Inserção – Edifício da Câmara Municipal;
23 DE SETEMBRO: Planos para a Igualdade e Não Discriminação | reunião, online, dinamizada pela CIMT (Plataforma Zoom);
29 DE SETEMBRO: ação de formação no âmbito do Gabinete de Apoio ao Emigrante (Plataforma Microsoft Teams);
18 DE OUTUBRO: reunião de Núcleo Local de Intervenção, no âmbito do Rendimento Social de Inserção – Edifício da Câmara Municipal;
20 DE OUTUBRO: Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica | reunião online (Plataforma zoom);
29 DE OUTUBRO: reunião da Comissão de Parceiros da Loja Social de Vila Nova da Barquinha - Edifício da Câmara Municipal;
29 DE OUTUBRO reunião da Comissão de Acompanhamento Social – Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha;
12 DE NOVEMBRO: reunião Projeto Maria II – Estratégia integrada de Intervenção para a área da VDG no Médio Tejo – CIMT;
16 DE NOVEMBRO: Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica | reunião online (Plataforma zoom);

O Presidente da Câmara,

FERNANDO MANUEL DOS SANTOS FREIRE

Assinado de forma digital por FERNANDO MANUEL DOS SANTOS FREIRE
Dados: 2021.11.18 18:24:38 Z